

**Entre a Produção e a Representação: Perfil e Trajetória das Mulheres Líderes no
Associativismo Rural do Agreste Central Sergipano**

***Between Production and Representation: Profile and Trajectory of Women Leaders in
Rural Associations in the Central Agreste Region of Sergipe***

Maria Eduarda Lisboa Santos

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

Renata Silva Mann

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

Sofia Meneses Mota

Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este artigo objetiva caracterizar o perfil sociodemográfico e os elementos das trajetórias de engajamento de mulheres que ocupam posições de liderança em associações rurais no Agreste Central de Sergipe. A relevância da temática reside na necessidade de compreender como o protagonismo feminino se consolida em espaços de decisão historicamente masculinizados no meio rural. Na metodologia, a pesquisa classifica-se como qualitativa e descritiva. A definição da amostra foi realizada por meio da técnica de bola de neve (*snowball*). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, cujas transcrições foram submetidas à Análise de Conteúdo com auxílio de matrizes analíticas (*Word* e *Excel*) para a categorização sistemática. Como resultado, foram entrevistadas 9 mulheres, que revelam um perfil de liderança marcado por faixas etárias mais elevadas e experiência acumulada, com predominância de mulheres autodeclaradas pardas. Quanto à escolaridade, há presença de líderes com ensino médio e superior. No âmbito da atuação política, constatou-se que a maioria exerce cargos formais (presidência e vice-presidência), com um histórico prévio em conselhos e coletivos, o que demonstra uma trajetória de participação consolidada. As trajetórias de engajamento das entrevistadas não seguem um percurso linear ou planejado, sendo marcadas por processos de convite, reconhecimento coletivo e acúmulo progressivo de responsabilidades, frequentemente atravessados por tensões relacionadas à divisão sexual do trabalho e à dificuldade de autorreconhecimento como lideranças. Conclui-se que o perfil identificado é o de uma mulher madura e multifacetada, cuja liderança ressignifica as relações de poder no território, evidenciando a necessidade de futuras pesquisas que aprofundem as interseccionalidades de gênero, classe e geração no associativismo rural. Reconhece-se, a importância de ampliar a população estudada para consolidar a compreensão sobre o protagonismo feminino no território.

Palavras-chave: liderança, gênero, associações rurais, Sergipe.

Abstract: This article objectively characterizes the sociodemographic profile and elements of the engagement trajectories of women who hold leadership positions in rural associations in the Central Agreste region of Sergipe. The relevance of the topic lies in the need to understand how female protagonism is consolidated in historically masculinized decision-making spaces in rural areas. Methodologically, the research is classified as qualitative and descriptive. The sample was defined using the snowball sampling technique. Data collection occurred through semi-structured interviews, whose transcriptions were subjected to content analysis with the aid of analytical matrices (*Word* and *Excel*) for systematic categorization. As a result, 9 women were interviewed, revealing a leadership profile marked by older age ranges and accumulated experience, with a predominance of self-declared mixed-race women. Regarding education, there is a presence of leaders with secondary and higher education. In the context of political activity, it was found that most hold formal positions (presidency and vice-presidency), with a prior history in councils and collectives, demonstrating a consolidated trajectory of participation. The engagement trajectories of the interviewees do not follow a linear or planned path, being marked by processes of invitation, collective recognition, and progressive accumulation of responsibilities, frequently intersected by issues related to the sexual division of labor and the difficulty of self-recognition as leaders. It is concluded that the identified profile is that of a mature and multifaceted woman, whose leadership redefines power relations in the territory, highlighting the need for future research that deepens the intersectionalities of gender, class, and generation in rural associativism. We recognize the importance of expanding the scientific population to consolidate the understanding of female protagonism in the territory.

Keywords: leadership, gender, rural associations, Sergipe.

1. Introdução

As relações de gênero podem ser compreendidas como um conjunto de dinâmicas sociais, culturais e históricas que estabelecem e regulam os papéis, comportamentos e expectativas atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Segundo Scott (1995, p. 75), o conceito de gênero, “além de substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”.

Nesse sentido, o termo “gênero” é utilizado para indicar “construções culturais”, isto é, explicam uma criação social de papéis denominados “masculinos” e “femininos” (Scott, 1995). Assim, compreende-se gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.14).

Nesse contexto, no meio rural, as relações de gênero tornam-se ainda mais evidentes, pois refletem não apenas as dinâmicas de produção econômica, mas também as práticas culturais e familiares que estruturam o cotidiano das comunidades. Dessa forma, as relações de poder entre homens e mulheres manifestam-se de maneira específica na sociedade rural, influenciando a organização do trabalho e a distribuição de recursos (Heck; Langdon, 2002).

Ao transpor o debate da representatividade para o cotidiano das organizações rurais, as barreiras tornam-se mais complexas. A participação e a liderança feminina na gestão de estabelecimentos, associações e cooperativas rurais são escassas, sobretudo por se tratar de um ambiente historicamente marcado pelo predomínio masculino (Santana et al., 2020).

Essa desigualdade pode ser observada nos dados do Censo Agropecuário de 2017, os quais indicam que, de um total de 5,07 milhões de estabelecimentos, apenas 947 mil são dirigidos por mulheres. Além disso, verifica-se uma distribuição regional desigual, com maior concentração de mulheres na gestão no Nordeste (57%), seguido pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que apresenta a menor participação, com apenas 6% (Hora; Nobre; Butto, 2021). Apesar dessa presença no setor, as mulheres ainda não estão inseridas de forma igualitária nesse espaço (Santana; Silva; Pessoa, 2020).

Não se trata apenas de uma ocupação numérica de cargos, mas de enfrentar uma estrutura onde o protagonismo feminino é frequentemente obscurecido pela divisão sexual do trabalho, que delega às mulheres as funções de cuidado e subsistência, reservando aos homens os espaços de representação política e comercial (Medeiros; Ribeiro, 2011).

Apesar do associativismo emergir como estratégia de transformação social e econômica (Sangalli et al., 2015), pouco se sabe sobre os processos subjetivos que levam uma mulher rural a romper com o papel de “ajudante” para assumir a gestão de uma associação. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: Como se configuram os processos de construção, exercício e legitimação da liderança feminina em associações rurais do Agreste Central Sergipano, considerando as tensões impostas pela dupla jornada e pela histórica invisibilidade de sua atuação nesses espaços de decisão?

A presente investigação, recorte da dissertação de mestrado intitulada “Mulheres na Liderança Rural: Desafios e Estratégias em Associações do Agreste Central Sergipano”, busca responder a essa questão. O objetivo deste artigo é caracterizar o perfil sociodemográfico e analisar os elementos das trajetórias de engajamento dessas mulheres, lançando um olhar atento às narrativas que compõem seus caminhos, funções desempenhadas e as dinâmicas de gênero que traçam suas histórias de vida.

2. Metodologia

Esta pesquisa consiste em uma análise do perfil e da trajetória de mulheres líderes de associações rurais. Metodologicamente, caracteriza-se como descritiva, de natureza qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, análise documental, contato com informantes-chave e a realização de entrevistas semiestruturadas, conforme ilustrado no fluxograma a seguir (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa.



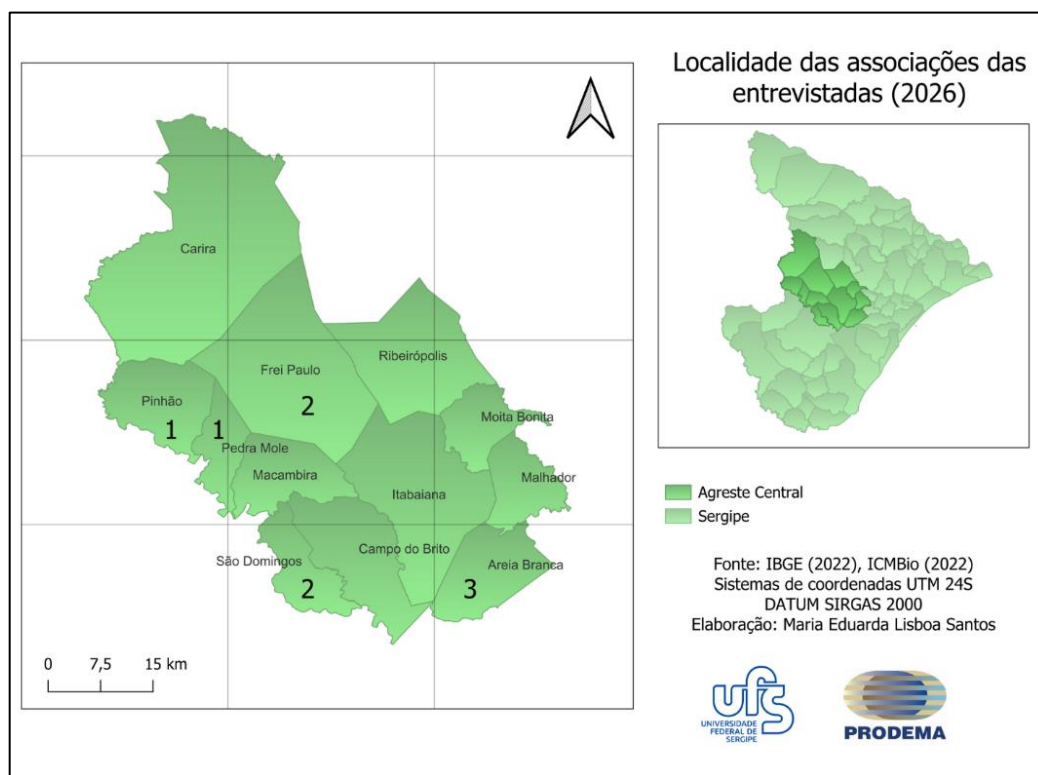
Fonte: Elaboração própria (2026).

A pesquisa foi realizada no estado de Sergipe, localizado na região Nordeste do Brasil. Sergipe é dividido em oito regiões geográficas: Grande Aracaju, Leste Sergipano, Agreste Central, Médio Sertão, Sertão do São Francisco, Sul Sergipano, Baixo São Francisco, e Centro-

Sul Sergipano. Cada uma dessas regiões possui características específicas em termos de desenvolvimento econômico, social e cultural.

O foco deste artigo foi a região do Agreste Central que tem uma população estimada de aproximadamente 222.197 habitantes, a 3^a maior população do Estado (IBGE, 2007). A região do Agreste Central é conhecida por sua economia agrícola diversificada, se desenvolvendo a partir dos cultivos agrícolas (alimentar e industrial), da pecuária e dos fluxos estabelecidos entre os municípios, bem como pela quantidade expressiva de associações e cooperativas. As associações rurais investigadas abrangem os municípios de Frei Paulo, Areia Branca, São Domingos, Pinhão, Pedra Mole como apontado na figura abaixo (Figura 2).

Figura 2. Localidade das associações das entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2026).

A caracterização das líderes localizadas na região do Agreste Central Sergipano, levará em conta aspectos como idade, gênero, etnia, estado civil, filhos, escolaridade, trajetória de engajamento na associação, de modo a contextualizá-las socio demograficamente.

O processo de identificação das mulheres entrevistadas exigiu uma busca ativa em diferentes espaços de articulação em Sergipe. Inicialmente, estabeleceu-se contato com diversas

fontes potenciais, incluindo o grupo Mulheres Sergipanas do Agro¹, professoras, secretárias do município e indicações das entrevistadas.

No que diz respeito às sujeitas foco de pesquisa, são mulheres que ocupam posições de liderança em associações rurais da agricultura familiar localizadas no Agreste Central Sergipano. Essas lideranças podem ser formais ou informais, e as líderes podem exercer, ou não, qualquer profissão. Elas são responsáveis por coordenar atividades, representar os interesses das associações e implementar estratégias que visam o desenvolvimento local.

Como critérios de inclusão adotados para esta pesquisa, determinou-se que as participantes deveriam: ser mulher cis ou trans; maior de 18 anos; ocupar um cargo de liderança (formal ou informal) na associação (podendo ser produtiva ou de comercialização) e não estar sob efeito de álcool ou drogas. Como critérios de exclusão, determinou-se que seriam excluídas da amostra entrevistas com mulheres que, embora exerçam liderança em associações, não atuem em associações rurais.

Dessa forma, é importante salientar o significado de escolher “posições” de lideranças. No contexto cotidiano, nesse caso em organizações rurais, a liderança não é necessariamente representada por um cargo formal, mas de reconhecimento, da prática e influência. Quando tratamos especificamente de mulheres, essa é uma questão que se acentua, pois apesar de muitas vezes não ocuparem cargos formais de liderança, diversas mulheres são articuladoras nas suas associações. Assim, representando uma liderança informal, através da sua experiência e relação de confiança construída com a comunidade em que está inserida.

A amostragem desta pesquisa é de natureza intencional e não probabilística, utilizando a técnica de bola de neve (*snowball*) até atingir o nível de saturação teórica. A amostra final foi composta por nove participantes, número que se mostra compatível com a abordagem qualitativa adotada, a qual privilegia a profundidade analítica e a compreensão detalhada dos fenômenos em detrimento da representatividade estatística. Nesse sentido, buscou-se explorar de forma densa as narrativas, valorizando a complexidade das trajetórias e percepções das líderes.

Inicialmente, a pesquisa começou com uma informante qualificada, escolhida após análise documental, que contemplou o levantamento de dados secundários. A partir dessa informante inicial, novas participantes podem ser indicadas e contatadas, seguindo a lógica da

¹ Mulheres Sergipanas do Agro é um grupo de Sergipe composto por produtoras, empreendedoras e profissionais (engenheiras agrônomas, médicas veterinárias, zootecnistas etc.). Que impulsionam o agronegócio em Sergipe, realizando eventos e programas.

técnica *snowball*. Dessa forma, para definir o número de mulheres entrevistadas, foi utilizada a técnica de saturação, uma forma de se identificar o limite de participantes, podendo ser definido como sendo “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Fontanella; Ricas; Turato, 2008, p. 17).

Contudo, cabe ressaltar que a operacionalização da técnica *snowball* neste recorte territorial apresentou desafios práticos acentuados. A identificação e o acesso às lideranças femininas foram dificultados pela dispersão geográfica e pela natureza, por vezes informal, da atuação dessas mulheres nos espaços de decisão. O encerramento da coleta de dados e a definição da amostra final obteve nove participantes, esse resultado ocorreu não apenas pela identificação da saturação teórica, mas também pelo esgotamento da rede de referências. Após sucessivas tentativas de prospecção com as informantes-chave e as próprias entrevistadas, observou-se a ausência de novas indicações que atendessem aos critérios de elegibilidade da pesquisa, evidenciando o limite da rede de contatos acessível no Agreste Central de Sergipe dentro do período de execução do estudo.

A aplicação de entrevistas semiestruturadas foi o método escolhido para a coleta das informações pretendidas, através de perguntas previamente preparadas que buscaram atender o escopo da entrevista, mas que não deixaram a entrevistadora presa a uma sequência ou à formulação inicial, permitindo a construção de uma conversa entre entrevistadora e entrevistada que abre espaço para que a entrevistada expresse sua visão individual sobre os temas abordados de forma livre e extensiva, ao mesmo tempo que a entrevistadora busca respostas suficientemente ricas para alcançar seu objetivo (Flick, 2013).

As entrevistas possuíram um tempo médio de duração de 1 hora, feitos de forma *online* pelo *Google Meet*. Por se tratar de dados pessoais, foi submetida ao Comitê de Ética (nº do parecer 85842725.0.0000.0383), as entrevistadas receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinar e os nomes foram substituídos para garantir o sigilo das informações.

Para a análise dos dados, as entrevistas foram transcritas integralmente e organizadas em matrizes analíticas, o que possibilitou a sistematização dos núcleos de sentido, a comparação entre os relatos e a identificação de padrões recorrentes.

O tratamento das informações seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo propostos por Bardin (1977), sendo estruturada em três eixos principais: (i) perfil sociodemográfico, (ii) trajetórias de engajamento e (iii) percepções sobre liderança. As

categorias foram construídas de forma predominantemente indutiva, a partir da recorrência de temas nas falas das entrevistadas, sendo posteriormente articuladas com a literatura de gênero e associativismo rural.

Considerando a natureza qualitativa da pesquisa, atentou-se para as relações estabelecidas entre pesquisadora e participantes, reconhecendo que a construção dos dados é atravessada por dinâmicas de confiança, proximidade e contexto social, o que pode influenciar as narrativas produzidas.

O processo analítico envolveu a identificação de unidades de significado, sua posterior codificação e agrupamento temático, garantindo a densidade necessária para a interpretação dos resultados sob a luz do referencial teórico adotado. Para o suporte à sistematização e tabulação das variáveis do perfil sociodemográfico, utilizou-se o software *Microsoft Excel* como ferramenta auxiliar na organização das matrizes.

4. Discussão dos Resultados

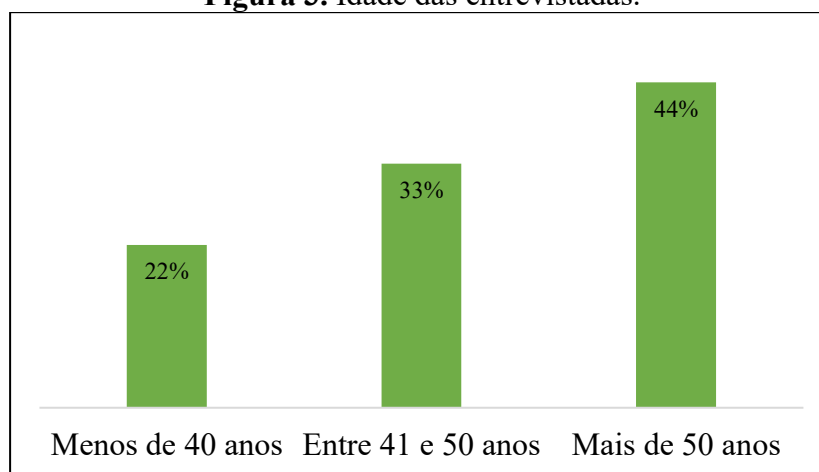
A liderança feminina no associativismo rural do Agreste Central se constrói mais como prática cotidiana do que como identidade reconhecida, sendo atravessada por processos de invisibilização e pela naturalização do trabalho feminino. Os dados revelam que, embora ocupem cargos de decisão, o exercício do poder por essas mulheres é permeado por uma tensão constante entre a atuação política e as demandas históricas de cuidado. Dessa forma, os resultados foram organizados em quatro eixos analíticos que buscam desvelar as subjetividades e as estruturas que moldam esse protagonismo:

4.1 Perfil Sociodemográfico e Trajetórias de Entrada

No que tange à identidade socioprofissional, observa-se que a totalidade das entrevistadas atua como agricultora familiar. De acordo com Wanderley (1999), essa categoria é compreendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que detém a posse dos meios de produção, assume a execução do trabalho no estabelecimento. O conceito de agricultura familiar é genérico e incorpora múltiplas realidades, incluindo o campesinato, que enfrenta historicamente fragilidades diante da modernização da agricultura brasileira, contando, majoritariamente, com o esforço próprio e a resiliência coletiva (Wanderley, 1999).

A partir desse alicerce produtivo e da vivência no campo, os dados revelam um perfil de maturidade entre as líderes pesquisadas. O grupo analisado se distribui da seguinte forma: 2 líderes com menos de 40 anos (38 e 40 anos); 3 líderes entre 41 e 50 anos; 4 líderes com mais de 50 anos, sendo a mais velha com 73 anos (Figura 3).

Figura 3. Idade das entrevistadas.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Essa concentração etária corrobora com a literatura que aponta para o fenômeno do envelhecimento no meio rural e do perfil dos chefes de estabelecimentos agropecuários (Delgrossi; Balsadi, 2020). Somado ao fator etário, a autodeclaração étnico-racial constitui outro elemento central na caracterização dessas mulheres, apontando para uma homogeneidade marcante, pois 8 delas se consideram pardas e 1 se considera branca. Esta distribuição é um reflexo direto da composição demográfica e histórica da população rural brasileira, 54,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm produtores que se autodeclaram pretos ou pardos; no Nordeste esse percentual eleva-se para 76,7% (IBGE, 2017).

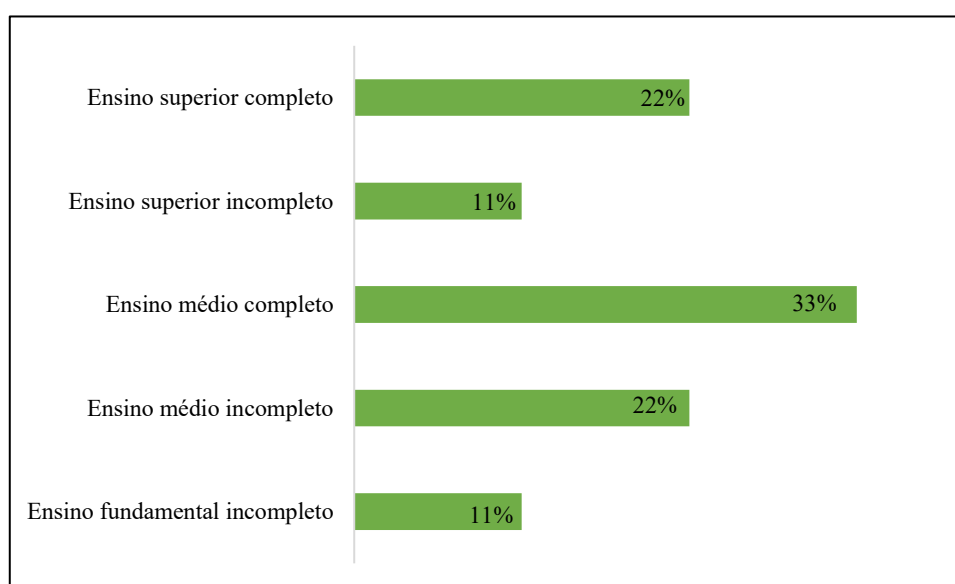
De acordo com apontamentos feitos por José Bergamin e Amanda Martinho (2025), há proporcionalmente mais mulheres e pessoas negras entre produtores e trabalhadores da agricultura familiar do que da agricultura não familiar. Essa convergência é ainda mais acentuada na liderança feminina: os autores destacam que mulheres negras gerenciam quase duas vezes mais estabelecimentos familiares do que mulheres brancas. Esse dado contribui para percepção de que a liderança comunitária nas associações (que são a base da agricultura familiar) é frequentemente exercida por mulheres negras e pardas, que acumulam a experiência da luta pela terra, a gestão familiar e, agora, a representação política formal.

No contexto regional, esse dado é reforçado por Alves *et al.* (2023), que ao analisar os aspectos socioeconômicos do meio rural sergipano, evidencia que a maior parte da população negra que reside no campo se caracteriza, fundamentalmente, como agricultora familiar. Segundo a autora, essa população enfrenta barreiras estruturais severas, como o acesso limitado à terra e uma profunda falha na assistência técnica, que alcança apenas 7% dos produtores negros em Sergipe. Além disso, a predominância de pardas em cargos de liderança nas

associações estudadas ganha relevância diante da masculinização do campo apontada por Alves *et al.* (2023), sugerindo que o associativismo surge como um espaço de resistência e visibilidade para a mulher negra e parda frente ao maior percentual de homens na gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Em continuidade à caracterização desse grupo de líderes, o nível de escolaridade demonstra uma superação das baixas médias históricas do campo, ao mesmo tempo em que reflete as barreiras educacionais que persistem no meio rural. A predominância de escolaridade intermediária indica que o acesso à liderança nas associações rurais não está necessariamente condicionado à alta qualificação formal, mas sim ao reconhecimento comunitário e à experiência prática acumulada no território. O grupo com maior escolaridade é notável, com duas líderes que alcançaram o nível Superior (completo ou incompleto) em áreas como Agroecologia, Radiologia Médica Nuclear e Geografia. Apenas uma entrevistada possui o Ensino Fundamental incompleto (Figura 4).

Figura 4. Escolaridade das líderes de associações rurais do Agreste Sergipano.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Nesse sentido, chama atenção que a única líder com ensino fundamental incompleto seja justamente a participante mais idosa, com 73 anos, o que sugere que sua trajetória escolar foi diretamente marcada pelas limitações estruturais e pela ausência de políticas educacionais voltadas para a população rural em décadas anteriores. Assim, embora ainda exista três líderes com escolaridade restrita ao Ensino Fundamental (33,33%), a predominância de mulheres com Ensino Médio completo e, em especial, aquelas que alcançaram o Ensino Superior, indica um avanço significativo. Tal configuração revela que a geração atual de lideranças femininas rurais

tem conseguido superar, ao menos em parte, as barreiras educacionais historicamente impostas ao meio rural, refletindo tanto transformações sociais quanto uma ampliação, ainda que desigual, das oportunidades de formação.

4.2 Liderança feminina e o não reconhecimento

Um dos achados mais significativos da pesquisa refere-se à dificuldade de autorreconhecimento das mulheres como lideranças, mesmo quando ocupam posições centrais nas associações. O tempo de participação nas estruturas associativas surge como um elemento fundamental nessa trajetória, pois atesta uma experiência consolidada e a legitimidade necessária para o exercício da função.

Conforme detalhado no Quadro 1, observa-se que a maioria das entrevistadas possui um histórico de atuação longo, ocupando cargos formais de decisão; apenas duas participantes exercem liderança em caráter informal.

Quadro 1. Questões de liderança nas associações do Agreste Sergipano.

Entrevistada	Cargo ocupado	Cargo	Tempo de participação	Liderança anterior	Atividades coletivas
Entrevistada 1	Formal	Presidenta	10 anos	Não	Sim
Entrevistada 2	Formal	Vice presidenta	9 anos	Sim	Sim
Entrevistada 3	Formal	Presidenta	24 anos	Não	Sim
Entrevistada 4	Formal	Presidenta	4 anos	Sim	Sim
Entrevistada 5	<i>Informal</i>	Liderança	15 anos	Sim	Sim
Entrevistada 6	Formal	Vice presidenta	14 anos	Sim	Sim
Entrevistada 7	Formal	Presidenta	16 anos	Sim	Sim
Entrevistada 8	<i>Informal</i>	Liderança	5 anos	Não	Não
Entrevistada 9	Formal	Vice presidenta	8 anos	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria (2026).

Todavia, a longevidade no cargo e a formalidade da função não se traduzem automaticamente em uma identidade de liderança assumida. Essa contradição é um ponto crítico: embora detenham o saber prático e a confiança do coletivo há anos, a percepção desse papel não é homogênea. Três delas afirmaram não se reconhecerem como líderes, mesmo

desempenhando funções centrais nas associações. Entre as duas que atuam em cargos informais, apenas uma se identifica como líder, a outra reproduz a negação desse lugar. As demais seis entrevistadas se reconhecem como lideranças, formando uma maioria, mas ainda assim revelando nuances importantes.

Para muitas, a liderança é vivida como uma extensão natural do compromisso comunitário, o que acaba por invisibilizar o caráter político de sua gestão. Como será discutido a seguir, essa “permanência silenciosa” no poder revela que a legitimação externa (o voto e o cargo) caminha em um ritmo distinto da legitimação subjetiva (o sentir-se líder), como se observa nas falas da Entrevistada 1 e 2:

Fui escolhida para ocupar o lugar de líder, né? Lá teve... Teve a reunião, aí eles podem me escolher, a gente vamos querer *Entrevistada 1* como a presidente, aí eu parei e disse assim, eu? É você mesma. Porque, no momento assim. A ficha não caía. A ficha não caía como, assim, como se fosse assim, no caso, né? É, de um pão para um vinho, né? (Entrevistada 1).

Pesquisadora: - E você se enxerga como uma líder? Entrevistada: - Não tanto. Pesquisadora: - Por que não tanto? Entrevistada: - Porque para ser uma líder você tem que estar ali atuando, tem que estar ali... tem que desenvolver dentro da comunidade, projetos e por enquanto eu não estou, porque tem muitas dificuldades, tem muitos empecilhos para conseguir as coisas (Entrevistada 2).

As falas expostas evidenciam que a incorporação da liderança não ocorre de forma imediata no plano subjetivo. Esse dado revela que a liderança é vivida inicialmente como prática social, mas não necessariamente como identidade reconhecida, dialogando com processos de invisibilização do protagonismo feminino no meio rural.

Ao ser indagada acerca de sua percepção como líder, a Entrevistada 2 responde com hesitação “Não tanto”, justificando que a liderança exige uma presença e uma capacidade de resolução de conflitos que ela ainda sente estar em desenvolvimento. Essa fala dialoga com o cansaço da manutenção do cargo: a mulher sente que, para ser líder, precisa estar ali o tempo todo, desenvolvendo a comunidade e superando entraves, o que torna a função um fardo de responsabilidade contínua.

Entrevistada: - Eu não me enxergo como líder. Pesquisadora: - Por quê? Entrevistada: Não. Uma líder não, uma pessoa aqui assim. Eles gostam muito que eu esteja sempre no meio, assim, numa reunião, porque tem pessoas que não abrem a boca para nada, né? E eu assim, eu gosto muito de conversar com eles (...) Mas assim, líder, líder não, né? Mas gosto de conversar e dialogar com os meninos, né? Se você vê uma coisa e você vê que você não gostou, você chega e gente, não vamos fazer assim, né? (Entrevistada 8).

A fala da Entrevistada 8 é o retrato fiel da naturalização do trabalho feminino como “ajuda”. Ao se definir como alguém que apenas “gosta muito de conversar e dialogar”, ela reduz seu papel a uma característica de personalidade ou sociabilidade. Essa ausência do reconhecimento do poder precisa ser problematizada a partir de uma perspectiva de gênero: a

difficuldade de nomear-se como líder não emerge do acaso, mas dialoga com processos históricos de deslegitimação do protagonismo feminino, com a naturalização do trabalho das mulheres como “ajuda” e com a invisibilidade estrutural que marca sua presença nos espaços de decisão (Herrera, 2016).

Após isso, investigou-se se as entrevistadas já haviam ocupado cargos de liderança antes do atual. Quatro delas afirmaram que nunca haviam exercido funções de direção, enquanto cinco relataram ter experiências anteriores de liderança (Quadro 1). A ausência de experiências anteriores entre quase metade das entrevistadas pode estar relacionada aos processos estruturais que historicamente restringiram o acesso das mulheres aos espaços de poder no meio rural.

Scott (1995) afirma que as relações de gênero operam como formas de poder que moldam oportunidades, reconhecimentos e trajetórias. No mesmo sentido, Sardenberg (2010) destaca que a socialização de mulheres em papéis tradicionalmente vinculados ao cuidado e ao privado tende a limitar sua circulação nas áreas de tomada de decisão. Por outro lado, o fato de cinco mulheres terem desempenhado papéis de liderança indica que a presença feminina nessas organizações pode fazer parte de um processo gradual de consolidação de sua atuação política.

Uma das mulheres relatou a participação como secretária anteriormente na associação, autoras como Kergoat (2009) e Hirata (2014) relatam a tendência de as mulheres serem direcionadas a funções de organização, registro e apoio, frequentemente vistas como “naturais” devido à associação histórica com competências de cuidado e gestão do cotidiano. Embora sejam funções essenciais para o funcionamento das associações, são frequentemente subvalorizadas e não reconhecidas como liderança plena, o que pode contribuir para a dificuldade que algumas entrevistadas ainda têm de se identificar como líderes.

Sob uma perspectiva crítica ao patriarcado, é possível inferir que a presença feminina em cargos de liderança é mais acentuada em associações do que em cooperativas devido à natureza não lucrativa das associações. Em um sistema que associa poder ao acúmulo financeiro, o desinteresse masculino por organizações que não geram lucros diretos abre brechas para que o trabalho de gestão seja mais ocupado por mulheres.

Assim, o associativismo acaba sendo socialmente lido como uma extensão do trabalho reprodutivo e comunitário, portanto, menos valorizado, enquanto os espaços de maior rentabilidade econômica permanecem sob domínio majoritariamente masculino. Essa lógica contribui para que as entrevistadas tenham dificuldade em se identificar como líderes, pois sua atuação é vista como uma doação de tempo e zelo, e não como exercício de poder político.

Em contrapartida, a participação de duas líderes no Movimento Sem Terra (MST) traz um contraponto a essa invisibilidade. O MST, com seu forte componente formativo, tem fortalecido o protagonismo feminino através da construção de coletivos e pautas específicas de gênero, oferecendo a essas mulheres ferramentas para romper com o silenciamento histórico e ressignificar sua atuação no campo.

Renata Gonçalves (2009) interpreta a trajetória das mulheres do MST como um exemplo expressivo de como os diferentes espaços de atuação permitem desconstruir e reconstruir as relações de gênero. O uso do conceito de gênero torna-se indispensável justamente pela forma como o debate emergiu dentro do Movimento: inicialmente articulado pelos coletivos de mulheres, que pautavam questões consideradas “específicas”, o tema foi se ampliando com a formação dos coletivos e, posteriormente, dos setores de gênero. Esse processo revela não apenas uma mudança de objetivos, mas também a intenção de expandir a discussão para além dos limites tradicionais atribuídos às mulheres, enfrentando as barreiras machistas que persistem no interior do MST.

A participação em espaços políticos das entrevistadas se amplia além dos movimentos sociais, tendo uma delas como candidata a vereadora. Biroli e Quintela (2020) discutem como a ocupação desses espaços desafia a divisão sexual na política. Afirmando que ainda que algumas mulheres possam atravessar as barreiras estruturais, institucionais e simbólicas, candidatando-se e elegendo-se, isso não significa que o façam em condições de igualdade com os homens ou que desloquem as relações de modo que suspende as desvantagens existentes para as mulheres como grupo, e para mulheres em posições sociais menos privilegiadas, dentro desse grupo (Biroli; Quintela, 2020). Com isso, reconhecer a ocupação de mulheres nos espaços do poder legislativo e judiciário é uma conquista importante, especialmente no que se refere à garantia de representação (Moreira, 2016).

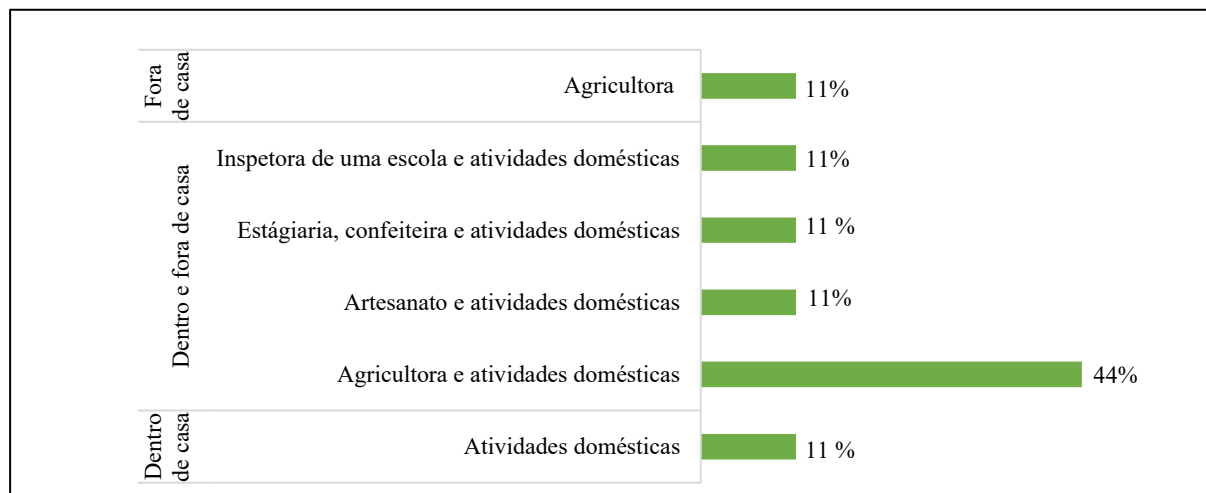
4.3 Dupla jornada e limites estruturais

A inserção das mulheres em cargos de liderança não as exime de outras responsabilidades, resultando na dupla jornada de trabalho ou, em muitos casos, uma jornada tripla, que inclui o trabalho produtivo (na agricultura), o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado) e o trabalho associativo.

A análise das atividades desempenhadas pelas líderes entrevistadas revela uma complexa sobreposição de papéis que transcende a gestão administrativa das associações rurais. Conforme ilustrado na Figura 5, observa-se que o engajamento na liderança não implica no

abandono ou na redistribuição das tarefas domésticas, mas sim em um acúmulo de funções que caracteriza a realidade dessas mulheres no campo.

Figura 5. Atividades desempenhadas pelas líderes de associações do Agreste Sergipano.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No fim do século XIX, emergiu a concepção do “ofício de mulher”, uma ideia que definiu as responsabilidades das mulheres em torno de qualidades consideradas 'naturais e inatas', como cuidado com o outro, amor e maternidade (Kergoat, 2011). Essa noção, embora baseada em estereótipos de gênero arraigados na sociedade, teve um impacto significativo na forma como o trabalho das mulheres foi percebido e valorizado.

Os dados demonstram que a maioria expressiva das entrevistadas (4 delas) acumulam a função de agricultora com as atividades domésticas dentro de casa. Somadas às demais categorias, percebe-se que 100% das líderes mantêm a responsabilidade integral ou parcial pelos afazeres domésticos, independentemente de atuarem também fora de casa como artesãs, estagiárias, confeitadoras ou inspetoras escolares.

Esta configuração evidencia que para a mulher rural, o acesso ao cargo de liderança na associação não a desobriga das funções reprodutivas e de cuidado, que historicamente lhe foram atribuídas. A sobreposição de papéis é um desafio estrutural que, reforça a divisão sexual do trabalho no meio rural, onde a mulher, ao buscar o protagonismo público, não encontra o correspondente compartilhamento de tarefas na esfera privada (Alves, 2016; Balbo, 2019). Pelo contrário, o protagonismo público surge como uma camada adicional de responsabilidade sobre uma base de trabalho doméstico já saturada.

Essa sobreposição de papéis constitui um desafio estrutural para a liderança: a necessidade de organizar sua presença nos espaços de poder, muitas vezes sacrificando seu

tempo de descanso ou lazer para suprir a ausência de um compartilhamento equitativo de tarefas na esfera privada. Assim, a permanência da mulher à frente da associação torna-se um ato de resiliência política, onde a eficácia da gestão depende da sua capacidade individual de equilibrar as demandas da produção, da reprodução e da representação social.

4.4 Associativismo como espaço de resistência

Para além das características sociodemográficas, a análise volta-se agora para a inserção dessas lideranças em seus contextos de atuação. Os dados detalhados a seguir localizam a abrangência das associações e a natureza dos cargos ocupados, evidenciando as estratégias de permanência e resistência dessas mulheres em estruturas de poder tradicionalmente dominadas por homens. Essa transição do perfil para a prática política permite compreender a densidade do associativismo feminino na região.

Em relação à atuação das associações lideradas pelas entrevistadas, a pesquisa identificou uma predominância da dimensão produtiva e econômica, evidenciada pela seguinte distribuição: cinco associações de produção, três associações de produção e comercialização e uma associação classificada em outras categorias².

Buainain, Romero e Guanzirolli (2003) apontam a comercialização como um dos principais gargalos da agricultura familiar, uma vez que as dificuldades de manter uma produção regular e padronizada para atender às demandas do mercado comprometem o escoamento da produção. Diante disso, a organização em associações e cooperativas surge como uma estratégia relevante para minimizar tais limitações (Cruz; Assis, 2019).

A atuação dessas associações é marcada por uma diversidade de produtos, que vai além das commodities tradicionais, abrangendo: milho, feijão, verduras, frutas, doces, processados, macaxeira, bolo, polpa de fruta, entre outros. A diversificação produtiva, com foco em alimentos e no processamento (doces, bolos e polpas), é um indicador do esforço das associações lideradas por mulheres em agregar valor ao produto, fortalecer a segurança alimentar e aumentar as oportunidades de geração de renda, muitas vezes explorando os nichos de mercado ligados a políticas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE

² **Associação de produção:** conjunto de atividades vinculadas ao cultivo, criação ou beneficiamento de produtos agropecuários, incluindo desde a preparação da terra e manejo das culturas até a transformação primária dos alimentos. **Associação de comercialização:** estratégias e práticas utilizadas para colocar esses produtos no mercado. **Outros:** associação desestruturada no momento que a entrevista foi realizada.

(Programa Nacional de Alimentação Escolar). Assim, estando diretamente ligada à autonomia das mulheres.

Dessa forma, é importante destacar que ter protagonismo ou participação decisiva na gestão e na tomada de decisões nesses cargos é fundamental para que as mulheres sejam valorizadas e que as desigualdades de gênero sejam superadas, tendo em vista que as mulheres desempenham um papel essencial na agricultura familiar (Paulilo, 2004).

A combinação entre entrevistadas com e sem experiências prévias de liderança traz, por um lado, a persistência das barreiras de gênero que historicamente limitam o acesso das mulheres a espaços de decisão e, por outro, a emergência de novas formas de protagonismo feminino no meio associativo rural.

Para aprofundar essa compreensão, foi questionado se elas participavam de outras atividades coletivas além da associação analisada. Os dados mostram que quase todas as mulheres, com exceção de apenas uma, estão inseridas em algum tipo de coletivo (Quadro 1), revelando que a inserção das mulheres nas associações rurais não ocorre de forma isolada, mas está profundamente conectada a uma rede de participações em diversas esferas da vida comunitária. Das nove entrevistadas, oito mantêm atividades coletivas em outros espaços, como conselhos de educação, grupos religiosos, faculdades e movimentos de mulheres.

Essa presença múltipla permite concluir que a liderança feminina é, por natureza, uma liderança em rede. Ao ocuparem espaços como o Conselho de Educação ou grupos de “cura com as mãos”³, essas mulheres transportam para a associação rural uma sensibilidade política e uma capacidade de mobilização que foram gestadas na base da comunidade. Para a mulher do campo, a liderança na associação é legitimada pela confiança que ela já inspira em outros coletivos, transformando a gestão associativa em um ponto de convergência de diferentes demandas sociais.

Sob o olhar crítico da divisão sexual do trabalho, essa atuação multifacetada reforça a ideia de que as mulheres são as principais mantenedoras do tecido social. Enquanto o patriarcado frequentemente prioriza espaços de liderança voltados ao acúmulo econômico, as mulheres ocupam e fortalecem as instituições para além dele. Essa presença múltipla retrata um acúmulo de tarefas, mas para além disso, se configura também como uma estratégia de sobrevivência e visibilidade: ao estarem em diferentes espaços, elas criam uma rede de apoio

³ A cura com as mãos, frequentemente associada ao Reiki ou à imposição de mãos, é uma terapia integrativa que utiliza o toque suave ou a proximidade das mãos sobre o corpo para canalizar energia vital, promovendo relaxamento, redução de estresse e bem-estar físico e emocional.

que sustenta sua própria permanência na posição de liderança, compensando a falta de suporte que muitas vezes enfrentam na esfera privada.

5. Considerações finais

Este estudo evidencia que a liderança feminina no associativismo rural do Agreste Central Sergipano se constrói como um processo marcado por trajetórias progressivas de engajamento, reconhecimento coletivo e tensões profundas relacionadas às desigualdades de gênero.

A caracterização das entrevistadas revela um protagonismo consolidado, exercido majoritariamente por mulheres maduras, autodeclaradas pardas e com níveis de escolaridade que superam as médias históricas do campo, sinalizando um movimento de resistência e qualificação frente à masculinização dos espaços de decisão.

Um dos achados mais relevantes da pesquisa refere-se à dificuldade de autorreconhecimento dessas mulheres como líderes, mesmo quando ocupam posições centrais de presidência ou vice-presidência nas associações. Esse dado revela que a liderança feminina é frequentemente vivida como uma prática cotidiana, mas não plenamente incorporada como identidade.

Tal dinâmica revela a persistência de estruturas simbólicas que associam a atuação feminina ao cuidado e à ajuda, contribuindo para a invisibilização do protagonismo das mulheres e limitando o reconhecimento de seu papel nos espaços de decisão.

Nesse sentido, o associativismo rural se configura como um espaço ambíguo, que, ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação da participação feminina, mantém tensões estruturais relacionadas à divisão sexual do trabalho e à valorização desigual das práticas políticas.

Como limitação, destaca-se o número reduzido de participantes, característico da abordagem qualitativa adotada, mas que permitiu uma análise aprofundada das experiências investigadas.

Recomenda-se que estudos futuros ampliem o escopo empírico e aprofundem a análise das interseccionalidades de gênero, raça e geração, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de liderança no meio rural.

Referências

- ALVES, Emilly Karoline dos Santos et al. UM RETRATO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES NEGROS DO ESTADO DE SERGIPE. In: **Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais. Piracicaba(SP) ESALQ/USP**, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/624275-UM-RETRATO-SOCIOECONOMICO-DOS-AGRICULTORES-NEGROS-DO-ESTADO-DE-SERGIPE>
- ALVES, Nicole Fossile *et al.* **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. 138 f.
- BALBO, Susana. Es hora de visibilizar a las mujeres rurales. In: OTERO, Manuel (ed.). **Luchadoras: mujeres rurales en el mundo**. San José, C.R: IICA, 2019, p. 15 – 20.
- BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- BERGAMIN, José; RESENDE, Amanda Martinho. Aspectos regionais, raciais e de gênero da desigualdade entre agricultura familiar e não familiar. São Paulo: **Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades** (Made/ USP), 2025. (Nota de Política Econômica, n.65). Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/npe65-agriculturafamiliar.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, p. 98-115, 2020.
- BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A AMOSTRAGEM EM SNOWBALL (BOLA DE NEVE) EM UMA PESQUISA QUALITATIVA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. DOI: 10.25110/receu.v22i1.8346. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Family agriculture and the new rural world. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-47, jul./dez. 2003.
- CRUZ, Suely Ferreira da; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 3, p. 737-752, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qTpyHHF9DVGxzf8zqZJT6NK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- DELGROSSI, Mauro Eduardo; BALSADI, Otavio Valentim. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia (orgs.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Ipea**, 2020. p. 205-218. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap14>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198–216, 2009. DOI: 10.5433/2176-6665.2009v14n2p198. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HECK, Rita Maria; LANGDON, Esther Jean Matteson. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 129-151, 2002. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-08.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208–233-208–233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em: 24 mar. 2025.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**26, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. As mulheres no censo agropecuário 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). **Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 3 jul. 2024.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas, p. 55-63, 2009.

KERGOAT, Prisca. Ofício. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Franloise (org). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/247>. Acesso em: 07 maio. 2024.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 217-255, 2016.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO: Mulheres rurais são essenciais para a garantia da segurança alimentar**. FAO, Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1063661/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

PAULILO, Maria Ignez S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem., Florianópolis**, v. 12, n. 01, p. 229-252, abr. 2004. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 nov. 2025.

SANTANA, Angra de Souza; SILVA, José Kennedy Lopes; PESSOA, Emerson Roberto de Araújo. Lugar de mulher é onde ela quiser: a atuação das dirigentes das associações rurais em Chupinguaia e Vilhena, Rondônia. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**—v. 7, n. 2, p. 272-310, 2020. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/248>. Acesso em: 01 jan. 2025.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivia; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, PetildaSérva; AQUINO, Silvia de (orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.